SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

APRECIAÇÃO Nº 050/25/AC/84

ASSUNTO: JAPÃO. Síntese da conjuntura.

Implantar por (04) quatro anos.

ÍNDICE

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

APRECIAÇÃO Nº 050/25/AC/84

DATA : 11 Mai 84.
ASSUNTO : JAPÃO. Síntese da conjuntura.
REFERÊNCIA : Memo nº 607/02/CH/GAB/SNI/84 de 26 Abr 84.
ORIGEM : AC/SNI.
DIFUSÃO : CH/SNI.

1. SÚMULA GEOGRÁFICA.

O JAPÃO é um arquipélago situado na costa Leste do Continente Asiático e consiste de 4 ilhas maiores: HOKKAIDO, HAUSHU, SHIKOKU e KYUSHU e 3.198 outras pequenas ilhas. Cerca de 70% da superfície é montanhosa; 12% de terras para agricultura, sendo 3% de pomares, prados ou pastagens, 67% de florestas e 18% para outros usos.

O JAPÃO é extremamente vulcânico e têm cerca de 1/10 dos vulcões ativos do mundo; cerca de 1.500 ocorrências císmicas (sendo em sua maioria pequenos tremores) acontecem todos os anos.

O clima é, em geral, temperado, embora a Ilha de RYUKYU seja subtropical e, em HOKKAIDO, frio. A maior parte do país está exposta as monsões asiáticas, que trazem a estação chuvosa de verão, durante a qual o JAPÃO recebe 100 milímetros de chuvas por ano.

2. DADOS GERAIS.

Nome .... JAPÃO.

Data de Independência .... 11 de fevereiro.

Área .... 382.000 Km².

(Continuação da APRECIAÇÃO Nº 050/25/AC/84 .... fls. 02/29)

Capital .... TÓQUIO.

População .... 117.884.000 (1982).

Densidade populacional .... 321.2 hab/km².

Distribuição demográfica .... 78.2% urbana.

Data da Constituição .... 03/05/47 - revisada em 64.

Forma de Governo .... Monarquia constitucional.

Língua oficial .... japonês.

Religião .... Budista e Xintoísta.

Moeda .... Iene.

Etnia .... Característica: Mongóis com alguma mistura de malaios e caucasianos.

Natalidade .... 13.6 por 1000 hab.

Mortalidade .... 6.2 por 1000 hab.

Mortalidade infantil .... 7,5 por 1000 hab.

Expectativa de vida .... 73 anos/homens e 78 anos/mulheres.

Saúde .... 94 por leito/hos e 833 por médico.

Gastos na Educação .... 11% PNB.

Renda per capita .... US$ 9.681 (1981).

Produto Nacional Bruto .... US$ 1.127 trilhão.

Principais cidades .... TÓQUIO - 8.334.866 hab.
IOCOAMA - 2.806.523 hab.
OSACA - 2.635.189 hab.
NAGOIA - 2.089.163 hab.
QUIOTO - 1.479.956 hab.
SAPORO - 1.433.155 hab.
COBE - 1.375.006 hab.

3. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.

O JAPÃO é uma monarquia constitucional, com um sistema parlamentar de Governo similar ao britânico, consistindo de um

Legislativo, um Primeiro-Ministro e um Gabinete. A Constituição de 1947 transferiu o poder supremo do Imperador para o povo e reduziu sua autoridade para a de um Chefe de Estado, sem nenhum poder governamental. Hoje, os atos do Imperador são como um símbolo da unidade nacional e da continuidade com o passado imperial.

A legislatura bicameral é chamada de Dieta (Kokkaid) e consiste de 511 membros da Casa de Representantes e de 252 membros da Casa de Conselhos. Os representantes servem durante quatro anos e os conselheiros por 6 anos, metade dos quais é eleita a cada três anos. O voto é pelo sufrágio universal para todos acima de 20 anos. Das duas Câmaras, a Casa dos Representantes é mais poderosa, com atribuições para aprovar leis e verbas orçamentárias.

O Executivo é liderado pelo Primeiro-Ministro que é indicado pela Dieta. Em contrapartida, o Premier aponta os Ministros de Estado e o Chefe de Gabinete, cuja metade dos seus membros deve ser selecionada dentro da Dieta, onde todos devem ser civis.

Os Governos regionais são relativamente autônomos, apesar de dependentes das autoridades centrais, para apoio financeiro. Existe um total de 47 distritos administrativos, conhecidos como prefeituras, as quais possuem um governo eleito a cada quatro anos, e uma Assembléia representativa.

- Sistema Judicial.

O Sistema Judicial japonês é completamente independente do Executivo e do Legislativo e tem o poder de revisão judicial. O sistema consiste de uma Corte Suprema, oito Altas Cortes e uma Corte distrital em cada prefeitura. Existem, também, as Cortes Sumárias e as Cortes de Família, para julgar causas domésticas.

A Corte Suprema comporta um Ministro do Supremo Tribunal e quatorze outros juízes, nomeados pelo Gabinete e submetidos a referendum nacional. Estes decidem as causas constitucionais, as regras de procedimento e prática forense e a disciplina interna das Cortes.

Os membros das Cortes de Justiça, mais baixas, são também indicados pelo Gabinete, vindo de uma lista de nomes sele

cionados pela Corte Suprema para um mandato de 10 anos, não havendo restrição para sua reeleição. Os julgamentos são públicos, nos casos políticos ou aqueles envolvendo a imprensa ou os direitos básicos do cidadão ou, ainda, quando decidido que o criminoso é perigoso à moral e à ordem pública.

- Constituição do Governo.

Imperador japonês: HIROITO.

- Gabinete:

Primeiro-Ministro YASUHIRO NAKASONE.

Ministros:

Justiça .... EISAKU SUMI.

Finanças .... NOVORU TAKESHITA.

Saúde e Bem-estar .... YOSHIRO HAUASHI.

Indústria e Comércio Internacinal. HIKOSABURO OKONOGI.

Correios e Telecomunicações .. TOKUTARO HIGAKI.

Construção .... HIDEO UTSUMI.

Relações Exteriores .... SHINTARO ABE.

Educação .... MITSUO SETOYAMA*.

Agricultura Floresta e Pesca .. IWAZO KANEKO.

Transportes .... TAKASHI HASEGAWA.

Trabalho .... AKIRO ONO*.

Interior .... SEIICHI TAGAWA.

Órgãos ligados ao Gabinete do Primeiro-Ministro:

- Agência de Desenvolvimento de HOKKAIDO - MUTSUKI KATO.
- Agência do Meio Ambiente - MATAZO KAJIKI.
- Agência de Defesa - YUKO KURIHARA.
- Agência de Ciência e Tecnologia - TAKAAKI YASUTA.
- Agência de Desenvolvimento de OKINAWA - HYOSUKE NIWA.

- Agência Nacional da Terra - MUTSUKI KATO.
- Agência da Casa Imperial -
- Agência de Gerência Administrativa - TOSHIO KOMOTO.
- Agência de Gerência Admnistrativa - MASAHARU GOTODA.
- Comissão e Coordenação do Meio Ambiente -
- Comissão de Livre Comércio -
- Comissão Nacional de Segurança Pública - SACHIO YAMAMOTO.

Obs.: Os titulares das Agências são Ministros de Estado e Diretor Geral.
*Titulares antigos, substituídos após a eleição de 18 Dez 83.

4. POLÍTICA INTERNA.

Cabe inicialmente uma pergunta sobre o porque da passagem do JAPÃO, praticamente, do estágio da Idade Média para o capitalismo mais avançado, tornando-se em pouco tempo um país desenvolvido. A análise dos fatos mostram que não houve milagres, mas sim esforço conjunto e determinação de um povo coeso e profundamente arraigado às tradições étnicas. Esses fatores contribuíram, em muito, para atingir a fase atual de desenvolvimento, num espaço de tempo de, aproximadamente, trinta anos.

O JAPÃO mudou muito, é verdade, mas não se conhece um povo apenas pelo seu passado recente. É preciso retroceder no tempo, embora sucintamente, para buscar o elo que une o passado à fase atual da vida sócio-político-cultural e econômica da nação japonesa.

a) Evolução.

A Casa de Yamato, primeiramente, unificou a nação e estabeleceu o império por volta de 200 a.C. Do século XII até 1867, os imperadores eram apenas nominalmente instalados, e o país seguiu através de uma série de governos regentes ou militares. Durante o último governo militar, o Tokugaya, um sofisticado sistema feudal foi desenvolvido. Na primeira parte do século XVII, todos os estrangeiros foram expulsos do país, e o JAPÃO entrou num perío

do de auto-isolamento, por 200 anos.

A restauração de Meiji em 1868, que derrubou os governos militares e restabeleceu o poder do império, introduziu um período de extensiva modernização e pôs um fim ao isolamento do JAPÃO. O século passado e o atual testemunham uma rápida industrialização e expansão territorial. Como resultado das guerras com a CHINA (1894/1895) e com a RÚSSIA (1904/1905), o JAPÃO adquiriu parte da Mandchuria do Sul, FORMOSA e as Ilhas SAKALINAS e, em 1910, anexou a península da CORÉIA. O JAPÃO entrou na 1ª Guerra Mundial do lado dos aliados, e depois da Guerra, expandiu grandemente sua influência na ÁSIA e no Pacífico. O Governo parlamentar, entretanto, permitiu que, durante o período entre as guerras, os líderes militares desempenhassem um papel cada vez mais importante.

O JAPÃO invadiu a Mandchuria em 1931, e estabeleceu o Estado de Manchukuo, e, em 1937, invadiu a CHINA. Durante a 2ª Guerra Mundial, o país lutou ao lado da ALEMANHA nazista e da ITÁLIA. Com a rendição japonesa em 1945 (depois da detonação das bombas atômicas sobre HIROSHIMA e NAGASAKI), o país foi ocupado pelos aliados e teve suas possessões de além-mar tomadas, retendo somente suas ilhas mais próximas. A UNIÃO SOVIÉTICA ocupou as KURILAS, enquanto os EUA assumiram o controle das Ilhas RYUKYU.

Internamente, o período pós-guerra viu o estabelecimento de um forte Parlamento, multipartidário e democrata, e um acentuado crescimento econômico. Os laços político-econômicos com o Ocidente foram estreitados e, em 1951, o JAPÃO assinou um Tratado de Segurança com os EUA, o qual foi substituído pelo Tratado Mútuo de Cooperação e Segurança, renovado em 1970. A soberania plena foi restaurada em 1952. Em 1972, os EUA devolveram OKINAWA, a última das Ilhas de RYUKYU, ao JAPÃO.

Apesar das boas relações com o Ocidente, o JAPÃO se propõe a executar uma política exterior unidirecional, tomando cuidado para evitar antagonismos com qualquer nação. Em 1978, o JAPÃO assinou um Tratado de Paz e Amizade com a CHINA e, desde então, as relações diplomáticas têm se desenvolvido rapidamente. O JAPÃO tem também expandido seus laços com países do Oriente Médio (onde

ele consegue a maior parte do seu petróleo), bem como, tem proporcionado um considerável apoio ao desenvolvimento de projetos na ÁFRICA e na AMÉRICA LATINA. Conquanto o JAPÃO tente melhorar seus laços com MOSCOU, as relações entre os dois países continuam frias, em parte devido à continuação da ocupação soviética das Ilhas KURILAS, reclamadas por TÓQUIO.

b) Partidos Políticos.

- Partido Liberal Democrático (PLD) tem, continuamente, governado o JAPÃO desde 1955. É, atualmente, uma coalizão de diversas facções moderadas e conservadoras, cujo sucesso aumentam ou diminuem, de acordo com a habilidade do líder, em obter uma posição de poder no Gabinete ou no Partido. Este fator é responsável por muitas dissensões dentro do PLD, mas o partido tem sido capaz de coordenar sua política partidária na Dieta. Grandes empresas e poderosos fazendeiros são seus principais suportes. Em 1978, o PLD tinha cerca de 1,5 milhão de membros.

- Partido Socialista Japonês (PSJ). Este é o mais forte partido de oposição. Os objetivos do PSJ são uma sociedade socialista, com uma economia planejada, e uma posição neutralista para o JAPÃO nos conflitos mundiais. Isso tem sido continuamente pregado, apesar de existir discórdia ideológica entre o pragmatismo de direita e a doutrina marxista o que tem ultimamente prejudicado o apoio popular ao partido. O principal apoio ao PSJ vem dos 4,5 milhões de membros do Conselho Geral da União dos Sindicatos. O partido tem cerca de 50.000 membros.

- O Komeito (Partido Governamental) nasceu da seita budista Soka Gakkai e é, essencialmente, conservador e anticomunista. Seu principal objetivo político é construir um Estado cujo governo proporcione bem-estar a seus cidadãos, por meio de leis sociais, baseado no "socialismo humanitário" e numa política externa de "neutralismo perfeitamente eqüidistante". O Komeito tem cerca de 167.000 membros.

- O Partido Comunista Japonês (PCJ) foi formado em 1922, porém permaneceu fora da lei até depois da II Guerra Mun

dial. Durante longo tempo, o PCJ possuiu uma extremada aproximação pró-soviética, a qual provocou um impacto desastroso no apoio popular ao partido. Hoje, o PCJ é essencialmente eurocomunista, advogando um caminho parlamentar e rejeitando ligação mais estreita com a URSS e a CHINA. Mantém, entretanto, a hostilidade aos EUA, e oposição ao acordo militar bilateral entre os EUA e o JAPÃO. Em 1980, o PCJ tinha 440.000 membros. Seu líder é KENJI MIYAMOTO.

- O Partido Socialista Democrático (PSD) é um partido vindo da ala de direita do PSJ e advoga uma política socialista moderada, similar a dos partidos social-democratas europeus. O PSD é patrocinado pela segunda maior federação de trabalhadores japoneses, a Confederação Japonesa do Trabalho (DOMEI), e tem cerca de 35.000 membros.

Existem outros pequenos partidos de menor expressão como a Nova Aliança Democrática (NAD) e o Partido dos Assalariados (PA).

As eleições parlamentares para a Câmara Baixa, realizadas em 18 de dezembro de 1983, foram um tropeço de relativo significado para o Partido Liberal Democrático, que governa o JAPÃO. O Primeiro-Ministro YASUHIRO NAKASOME foi reeleito; entretanto, o partido obteve somente 250 cadeiras, perdendo a maioria que tinha, antes das eleições (270). Em conseqüência, a posição de NAKASOME, come chefe do partido e como Primeiro-Ministro, foi enfraquecida.

A convocação das eleições, em 28 de novembro de 1983, e seus resultados, não deixaram de apresentar um desfecho um tanto inesperado. NAKASONE convocou eleições, antecipadamente, porque a oposição boicotava as sessões, ameaçando continuar a fazê-lo enquanto o ex-Primeiro-Ministro KAKUEI TANAKA, não renunciasse a seu mandato na Assembléia. A oposição a TANAKA se deve à sua condenação pela Corte de TÓQUIO, por haver recebido, como suborno, US$ 2 milhões de Lockheed Corporation, dos ESTADOS UNIDOS. TANAKA apelou da sentença e negou-se, categoricamente, a renunciar ao seu cargo na Assembléia. Enquanto o partido e o grupo de NAKASONE foram prejudicados nas eleições, perdendo substância política, TANAKA ganhou, no seu distrito, por uma maioria arrasadora.

Entre os atingidos pelo "desastre" partidário, causado pelo repúdio popular contra o ex-Primeiro-Ministro TANAKA, estão os Ministros da Defesa NAZUO TANIGANA, da Educação MITSUO SETOYAMA e do Trabalho, AKIRO ONO, que perderam suas cadeiras na Assembléia e seus postos no Gabinete.

NAKASONE, que conseguiu sua reeleição, manifestou não ter intenção de abandonar a chefia do governo nem do partido. Para permanecer no cargo de Primeiro-Ministro, precisou contar com a adesão de alguns deputados eleitos, inclusive os independentes, convidando-os a se inscreverem no PLD, como foi feito no passado e, mais recentemente, em 1976. Imediatamente após as eleições, afirmava-se que haviam 8 políticos independentes dispostos a atender o apelo de NAKASONE, dando ao partido a maioria necessária para seguir governando.

O número de cadeiras de cada partido na Câmara Baixa da Assembléia japonesa, nos sete últimos períodos mostra o seguinte quadro:

PARTIDOS	29 JAN 1967	27 DEZ 1969	10 DEZ 1972	5 DEZ 1976	14 OUT 1979	22 JAN 1980	18 DEZ 1983
Liberal Democrático	277	288	271	249	258	284	250
Socialista	140	90	118	123	107	107	112
Komeito	25	47	29	55	57	33	58
Socialista Democrático	30	31	19	19	35	32	38
Comunista	5	14	38	17	39	29	26
Clube Nova Liberdade				17	4	12	8
União Popular Soc. Livre					2	3	3
Outros Partidos			2	21	19	11	
Independentes	9	16	14				16
TOTAL DE CADEIRAS	486	486	491	511	511	511	511

Nota: No resultado das eleições de Dez 1983, posteriormente, poderá haver ligeiras modificações devido à mudanças do partido.

O PSJ tem, agora, após as eleições, 112 cadeiras 5 a mais que antes. O Komeito ganhou mais 25 cadeiras, somando agora 58. O PDS, de orientação moderada, também obteve mais seis e soma agora 38. Além do PLD, outro perdedor foi o Partido Comunista que ficou com 26 cadeiras, das 29 que possuía anteriormente. Outros vários partidos pequenos ganharam um total de onze cadeiras e os independentes ficaram com 16.

O PLD perdeu sua maioria na Assembléia e terá que compor com outros partidos, quando se tratar de assuntos de grande importância. A reeleição de NAKASONE, como Primeiro-Ministro, permaneceu, por algum tempo, duvidosa e sua confirmação como Presidente do partido será revista na próxima assembléia, em novembro 1984, pois existe um certo descontentamento entre as facções do partido, tornando-se freqüentes as críticas à sua gestão.

Outros fatores que influíram no fraco desempenho do PLD foram o baixo número de votantes (67,9%) e o curto espaço de tempo entre as eleições, o que desagradou a muitos. Os liberais democratas mantiveram sua maioria nessa Câmara, com 137 cadeiras.

A derrota do partido, entretanto, é atribuída ao escandalo de TANAKA. Embora tenha recebido irrestrito apoio dos correligionários de seu Distrito, caso típico de provincianismo eleitoral, o eleitorado, em geral, não viu com bons olhos sua permanência na Assembléia e, por isso, penalizou o partido. O resultado das eleições suscitou motivo de dúvida acerca do destino da política financeira e de rearmamento do JAPÃO e só o futuro dirá se NAKASONE conseguirá apoio suficiente para cumprir suas promessas da campanha eleitoral.

Provavelmente, não será possível executar o rearmamento, segundo o plano de NAKASONE, que requer um aumento de 6,5% no orçamento da Defesa, com o que não concorda o Ministério de Finanças. O Primeiro-Ministro NAKASONE, ou seu sucessor, encontrará sérios obstáculos para convencer o Parlamento a exceder o máximo de 1%, previsto pela Constituição, para os gastos com a Defesa.

5. ECONOMIA.

a. Considerações gerais.

O JAPÃO é um país de dimensões territoriais reduzidas, com elevado número de habitantes e escassos recursos naturais; apesar de ter seu parque industrial parcialmente destruído durante a II Guerra Mundial, reconstruiu sua economia após 1945, figurando, atualmente, entre os países mais industrializados e prósperos do mundo. O PIB japonês ocupa a segunda posição entre os países de economia de mercado, logo após o PIB dos EUA. A economia japonesa baseia-se, fundamentalmente, na indústria, a qual se apresenta voltada, de forma substancial, para o mercado externo.

A taxa de inflação no JAPÃO, medida pela variação no índice de preços ao consumidor, manteve-se, no período de 1979-1982, sensivelmente abaixo da média dos países que constituem a OCDE (EUA, JAPÃO, RFA, FRANÇA, REINO UNIDO, ITÁLIA e CANADÁ). A taxa inflacionária, após experimentar queda em 1978 e 1979, alcançou o nível mais elevado do período em 1980 (8%), devido, sobretudo, ao incremento, ocorrido em 1979, no preço do petróleo. Já no biênio 1981-1982, a taxa de inflação descia de forma acentuada, em função de medidas tomadas pelo governo, destacando-se, entre outras: a adoção de política monetária restrita; a estabilização ou mesmo queda dos preços, em dólares, das matérias-primas importadas pelo país; e moderação nos aumentos salariais.

As condições do mercado de trabalho no JAPÃO são consideravelmente mais estáveis do que em outros países industrializados e as empresas japonesas mantêm os seus empregados, ainda que a produção flutue de forma sensível. Essa política da empresa reflete uma taxa de desemprego bem menor do que qualquer país da OCDE, onde, para o período 1978-1982, foi de 6% da força de trabalho, em comparação a 2.2%, no JAPÃO.

b. Indústria.

O setor industrial da economia japonesa apresenta-se como um dos mais eficientes e diversificados do mundo e está fortemente dirigido para o mercado externo. Atualmente a indústria

de transformação contribui com cerca de 30% para a formação do PIB japonês e emprega 24% da força de trabalho do país.

As indústrias pesada e química predominam no setor manufatureiro, destacando-se especialmente os setores petroquímico, automobilístico, siderúrgicos, mecânico, de equipamentos elétricos, de produtos químicos e farmacêuticos. Em 1980, o JAPÃO figurou como o maior fabricante mundial de navios e automóveis e como segundo produtor de fibras sintéticas, cimento, resinas sintéticas e aço.

Estes parâmetros dão uma boa idéia da pujança da indústria japonesa e ajudam a compreender como toda essa riqueza gerada exerce pressão sobre os mercados dos demais países do mundo. A economia de escala permite ao produto manufaturado japonês competir em muito boas condições em concorrências internacionais.

c) Pesca e agricultura.

Devido a pequena disponibilidade de terras cultiváveis e de pastagens, o JAPÃO retira do mar parte substancial de suas necessidades de proteínas. A indústria pesqueira japonesa é a maior do mundo, seguida pela da URSS. A agricultura, também pelas razões limitantes de sua geografia, teve de desenvolver e adotar técnicas especiais e hoje aparece como um setor importante da economia japonesa. As principais culturas são: arroz, trigo, cevada e batata.

d) Energia.

Um dos mais sérios problemas enfrentados pelas autoridades econômicas japonesas, nos últimos anos, tem sido o da energia. O JAPÃO apresenta-se fortemente dependente do petróleo importado para o suprimento de suas necessidades energéticas. Atualmente, cerca de 66% do consumo interno de energia é suprido pelo petróleo e pelo gás liquefeito de petróleo. Esta extrema dependência das importações petrolíferas constitui-se na mais grave fragilidade da economia japonesa, sendo o seu "calcanhar de Aquiles".

O principal objetivo da política energética é a diminuição da dependência de petróleo, por meio de diversificação

das fontes de energia, através principalmente da construção de usinas nucleares. Em 1981, o Governo autorizou a construção de três usinas nucleares e outras tantas movidas a carvão vegetal.

e) Comércio exterior.

O intercâmbio comercial desempenha papel fundamental para a economia do JAPÃO. O setor industrial do país depende do mercado externo, tanto para a colocação de seus produtos acabados, quanto a suprimento de matérias-primas e insumos. Em 1982, as exportações corresponderam a 13,2% e as importações a 12,5% do PIB japonês. Ainda em 1982, o comércio exterior do JAPÃO totalizou US$ 269,9 bilhões, representando, segundo dados do FMI, 7,8% do valor global das trocas mundiais de mercadorias.

O JAPÃO ocupa a terceira posição como exportador em nível mundial, logo atrás dos EUA e da RFA, tendo suas exportações e importações representado, respectivamente, 8,2% e 7,4% dos totais do mundo, em 1982.

f) Indicadores da economia japonesa.

Estudos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisas Econômicas do JAPÃO, estimam que a economia japonesa crescerá acima de 3%, em média, após a ano fiscal de 1986. Diz o Instituto que a economia manterá a tendência de crescimento, favorecida pela estabilização de pressões internacionais, enquanto que as exportações serão gradualmente substituídas pela demanda doméstica.

O superávit na balança comercial é de US$ 32,5 bilhões (previsão para o final do ano fiscal de 1983), devendo chegar a US$ 40 bilhões em 1984, em virtude do comportamento das exportaçõe e da redução dos preços do petróleo bruto.

A taxa de câmbio deverá flutuar em torno de 230 ienes por dólar e mantém-se com ligeira tendência altista.

As análises feitas indicam que a economia do JAPÃO crescerá na ordem de 3,2% à 3,6% até 1986 e daí experimentará uma elevação, devendo alcançar 4,4% ao final dos anos 80, sob a influência da recuperação da economia dos EUA e da redução dos preços do petróleo.

g) Tendência da economia japonesa, na década atual.

As sociedades industriais mais avançadas, entre elas o JAPÃO, atingiram um estágio em que buscam reorientar seus meios de produção, tomando rumos bastante diversos dos que foram seguidos nos últimos 50 ou 60 anos. As causas dessa reorientação são várias. Em primeiro lugar, o alto custo de mão-de-obra, em países de baixo ou nulo crescimento demográfico, como o JAPÃO, que conduz a processos de grande volume de capital a baixa intensidade de trabalho e, mais que isso, desencoraja qualquer idéia de expansão econômica baseada em processos fundamentados numa força de trabalho em crescimento. Em segundo lugar, o alto custo econômico e social dos processos de transformação baseados em combustíveis, seja pela queima direta, como na siderúrgia, seja pelo uso na geração de outras formas de energia, como a eletricidade, daí resulta uma relutância crescente em investir em processos que consomem muita energia e criam problemas de poluição. Em terceiro lugar, as economias industrializadas se defrontam com uma saturação do mercado no rumo dos bens duráveis, sejam eles "tradicionais", como os automóveis e os refrigeradores, sejam "novos", como gravadores de vídeo, o que leva a uma busca de novos produtos, cada vez mais difíceis de encontrar, e a uma concentração nos serviços, em lugar dos bens de consumo. E em quarto lugar, de uma lista que não esgota o assunto, surgem possibilidades oferecidas pela microeletrônica, que dão margem à condução de processos complexos sem a intervenção humana direta.

Estes e outros fatores deverão conduzir as economias industrializadas, nos próximos 20 anos, a um tipo inteiramente novo de estrutura econômica, com pouca geração de emprego direto, investimento físico relativamente reduzido, utilização menos intensa de matérias-primas tradicionais e pouco consumo de energia. De todas as economias mais desenvolvidas, a japonesa parece a mais avançada na exploração desses novos caminhos e, conhecendo-se a capacidade de realização do país, é fácil imaginar que outras economias, já engajadas com maior ou menos intensidade no mesmo processo, sejam forçadas a acelerá-lo para manter um grau mínimo de competitividade com a economia japonesa.

h) Influência do Governo na economia e sua interação com órgãos classistas.

É difícil, na sociedade japonesa, dissociar-se o Governo da iniciativa privada ou vice-versa. A estrutura do país interliga-se em todas os setores e todos têm plena consciência da necessidade de concorrer para o objetivo comum.

O Governo japonês exerce controle sobre toda a economia do país, entretanto, as deliberações, ao estilo japonês, são tomadas em estreito contato com os segmentos da comunidade econômica. Essa comunidade é liderada por entidades de cúpula que, no conjunto, são conhecidas como "as quatro organizações do mundo empresarial: o "Keidaren" a "Nissho", a "Nikkeiren" e o "Keizai Doyukai", que, embora sejam constitucionalmente autônomas, são ligadas por relações de interdependência e por complementação de atividades.

- O "Keidaren" (Federação das Organizações Econômicas) é a principal organização empresarial dentro e fora do JAPÃO, sendo considerada a voz do grande empresariado japonês e o seu Presidente tratado como "Primeiro-Ministro" do mundo empresarial.

- A "Nissho" (Câmara de Comércio e Indústria). Suas origens remontam a mais de um século; é organizada em base de representação geográfica e congrega mais de 470 câmaras de comércio e industriais, locais e regionais, representando cerca de um milhão de associados da pequena e média empresa.

- A "Nikkeiren" (Federação das Associações Patronais) foi inicialmente destinada a ser o porta-voz da classe patronal, em face da escalada dos conflitos trabalhistas no pós-guerra; destina-se, atualmente, ao estabelecimento de relações mais harmoniosas entre o capital e o trabalho. Conta atualmente com 47 associações regionais e 54 organizações industriais, representando cerca de 30.000 entidades que empregam mais de 10 milhões de trabalhadores.

- O "Keizai Doyukai (Comitê de Desenvolvimento Econômico). Diferentemente das outras três organizações, esta é formada por líderes empresariais que promovem intercâmbio de opinião

de caráter pessoal, sem refletir, necessariamente, as posições das respectivas empresas.

i) Relações comerciais BRASIL-JAPÃO.

A participação do comércio BRASIL-JAPÃO nas trocas externas globais do BRASIL, já em 1982, posicionaria o mercado japonês como o 2º consumidor de produtos brasileiros em âmbito mundial. Das compras do BRASIL no exterior, naquele mesmo ano, o JAPÃO forneceu 4,5%, o que corresponderia à quinta posição, entre os países fornecedores. O intercâmbio comercial bilateral, nos dois sentidos, tem apresentado um crescimento médio anual significativo, desde então.

As relações bilaterais ganharam amplitude e intensidade a partir do final da década de 50. O JAPÃO, em razão de suas elevadas taxas de crescimento econômico, do alto grau de sofisticação e do elevado nível tecnológico de sua indústria, aprofundou sobremaneira sua presença no cenário econômico internacional. Por sua vez, o BRASIL, no período, deu início a uma fase mais dinâmica de seu processo de industrialização, o que implicou a intensificação dos contatos com os países industrializados exportadores de capitais e tecnologia como o JAPÃO.

Paralelamente à expansão econômica e comercial de ambos os países para o exterior, outro fator que muito contribuiu para a aproximação entre o BRASIL e o JAPÃO foi o então elevado grau de complementaridade de suas economias. Essa complementaridade econômica ensejou a implementação de empreendimentos conjuntos, cabendo destacar, como marco inicial, pela sua importância e envergadura, a USIMINAS. Propiciou, igualmente, um crescimento significativo dos investimentos japoneses no BRASIL, que alcançou, rapidamente, a terceira posição entre os países recipientes das inversões japonesas.

Os investimentos dirigiram-se, em sua maioria, para a indústria de transformação, em especial para a indústria mecânica.

Um dos principais problemas com que se defrontam, o

BRASIL e os demais parceiros do JAPÃO, é o próprio sistema de comércio exterior daquele país, que vem frustando todos os esforços desenvolvidos por outros países para liberalizá-lo.

A entrada de produtos brasileiros no mercado japonês está condicionada, basicamente, aos três tipos de direitos aduaneiros existentes naquele país ("ad valorem", incidentes sobre aproximadamente 92% dos itens tarifários; específicos, aplicados a 4% dos itens tarifários; e mistos, que resultam a combinação dos dois tipos anteriores, e incidem, atualmente, apenas sobre certos tipos de tecidos de algodão), além das normas referentes a condições sanitárias, padrões de qualidade e segurança, e outras. O ingresso de alguns produtos ainda se encontra limitado pela existência de cotas de importação.

No quadro de seu Sistema Geral de Preferências (SGP), o JAPÃO concede tarifas preferenciais a 117 países, inclusive o BRASIL. O Sistema abrange os produtos agrícolas e marinhos (75 posições beneficiadas), e os produtos minerais e industrializados. Segundo dados japoneses, o BRASIL ocupa a posição de quinto beneficiário do SGP nipônico. Do ponto de vista brasileiro, o SGP japonês é o terceiro na ordem de importância, seguindo-se ao da Comunidade Econômica Européia, responsável por mais da metade do total exportado pelo país no interior de esquemas aduaneiros preferenciais.

Poderiam ser citadas como medidas protecionistas, ainda que abrigadas pelo SGP, aquelas adotadas pelo Governo japonês com relação às exportações brasileiras de acrilonitrila, atingidas pela decretação, no ano fiscal de 1983, da suspensão do sistema de "administração flexível dos montantes máximos" e com relação às de ferro-cromo e ferro-silício, afetadas pela decisão de reduzir o teto e a revogação do sistema de "controle diário", seguindo-se a implantação do sistema de contingenciamento prévio.

Uma reestruturação da economia japonesa vem sendo feita desde o primeiro "choque do petróleo". Consiste no abandono de produtos industriais que usam tecnologias "velhas" e introdução de tecnologias "novas", já existentes, ou, numa segunda etapa, de

de tecnologias ainda em desenvolvimento.

A economia japonesa organiza-se para obter a máxima agregação de valor. ISAMU YAMASHITA, dirigente da Mitsui, declarou recentemente que a tendência da economia japonesa é passar de produtos medidos em toneladas e quilogramas para produtos medidos em gramas e miligramas

Países com o estágio de desenvolvimento atingido pelo BRASIL obterão, a curto e médio prazos, algum ganho em termos absolutos com a reconversão industrial japonesa. Processos que consomem grande quantidade de energia, como os processos metalúrgicos básicos, ou que exigem grande quantidade de mão-de-obra tenderão a ser transferidos para tais países, com repercussões importantes para o futuro das exportações para o JAPÃO.

6. PSICOSSOCIAL.

População.

A população foi estimada, em 1982, em 117.884.000 (cerca de 57 milhões de homens e 59 milhões de mulheres aproximadamente), com uma densidade de 314,1 habitantes por Km². A população duplicou nos últimos 50 anos e triplicou no último século. O crescimento anual foi de 0,9%, de 1975 a 1980. Em 1981, a taxa de natalidade foi de 13 nascimentos por 1.000 habitantes, e a de mortalidade de 6,2 por 1.000 (ambas consideradas relativamente baixas). Por volta do ano 2.000, estima-se que, um em cada cinco japoneses, terá 60 anos ou mais.

Os estrangeiros residentes no JAPÃO e registrados em 31/12/80, foram calculados em 782.910. Os principais grupos são formados de: coreanos (664.536), chineses (52.896), americanos (22.407), filipinos (5.547), alemães (2.800), vietnamitas (2.742), indianos (1.944), canadenses (1.698) e outros (2.719).

Trabalho.

Em outubro de 1980, a força total de trabalho foi calculada em 55,4 milhões, com 1,09 milhões (1,9%) desempregados. O

atual índice de desemprego é de 2,8%, estando a força de trabalho, em 1980, assim distribuída, em milhares de pessoas: comércio e finanças, 14.000; produtos manufaturados, 14.000; serviço público, 10.000; construção, 5.500; agricultura e floresta, 5.300; transportes e outras utilidades públicas, 3.810; governo, 1.990; pesca, 450; e mineração, 100.

Saúde.

Em 1979, o número de médicos era de 150.229 e dentistas 50.281. Existem 8.800 hospitais com 1.269.081 leitos. A mortalidade infantil situa-se num índice de 7,5 por mil nascimentos e a expectativa de vida atinge a 73 para os homens e 78 para as mulheres.

Educação.

A alfabetização é de 99%. A educação é compulsória e livre entre as idades de 6 a 15 anos. Em 1980, existiam 14.893 escolas jardim de infância com 100.960 professores e 11.826.574 estudantes; 10.776 escolas primárias, com 215.274 professores e 5.094.402 estudantes; e 517 colégios para formação profissional universitária, com 16.400 professores e 371.125 estudantes. Existiam 860 escolas para deficientes com 33.500 professores e 91.800 estudantes.

O JAPÃO possui sete principais universidades, formalmente conhecidas como universidades imperiais, além de algumas faculdades privadas para mulheres e outras 446 faculdades e universidades, com 1.835.304 estudantes e 103.000 professores.

Religião.

É natural e comum, no JAPÃO, o ecletismo religioso. Uma mulher, por exemplo, pode ter sido batizada num santuário xintoísta, mas casar-se numa capela cristã e preferir que suas cinzas repousem num templo budista, onde, a cada ano, seus descendentes irão rezar em sua honra na companhia de um monge. Ao longo da vida respeita os ancestrais no ritual do budismo, embora pratique o culto xintoísta. Se muitos japoneses procuram um sentido espiritual mais profundo para suas vidas, a maioria se contenta com essa mistura de fé. Misturar aspectos de diferentes crenças tem sido uma

tradição no JAPÃO, desde que a religião xintoísta, com sua reverência aos espíritos da natureza, começou a receber influência do budismo e do confucionismo, ambos importados da CHINA, há catorze séculos.

O JAPÃO apresenta, hoje, um percentual de adeptos religiosos considerado excessivo para sua população. As duas principais crenças são o xintoísmo e o budismo.

A boa educação e uma carreira de sucesso tornaram-se preocupações nacionais, para suplantar as crenças tradicionais. Os símbolos religiosos estão por toda a parte. QUIOTO, a antiga capital, tem inúmeros santuários e templos, e existem altares xintoístas em numerosos prédios de escritórios, bem como na maioria das residências do interior, onde a espiritualidade, tradicional, sobrevive.

A observância formal religiosa no JAPÃO gira em torno dos ritos familiares (nascimentos, casamentos, funerais e aniversários de morte) que são, para a comunidade, uma seqüência de alegres festividades. Contudo, muitos japoneses parecem menos interessados em definirem-se como budistas ou xintoistas do que em descobrir, em principalmente, como ser um bom japonês. Esta seja, talvez, a religião mais importante do país.

Imprensa.

A liberdade de imprensa é garantida pela Constituição. Existem cerca de 125 jornais diários com uma circulação combinada de 47,3 milhões de cópias, em edições matutina e vespertina, o que assegura uma média de 575 cópias por 1.000 habitantes, representando o mais alto índice de circulação do mundo.

A radiodifusão começou em 1925 e, em 1926, o Estado comprou a NHK (Nippon Hoso Kyokai) companhia de radiodifusão japonesa. Hoje, a NHK opera dois canais nacionais de televisão, duas redes de rádio AM e uma de FM. A NHK também opera em ondas curtas para o exterior (Rádio JAPÃO), a qual irradia 24 horas por dia, em 21 línguas.

Existem quatro principais estações geradoras de imagem de televisão. Em 1980, existiam 199 rádios comerciais e 4.705 estações de televisão comercial.

7. MILITAR.

Depois da 2ª Guerra Mundial, o JAPÃO foi completamente desarmado pelos aliados, e sua segurança passou a ser feita pelas tropas de ocupação americanas, inglesas e francesas. Além disso, o artigo 9º da Constituição, de Mai 47, renunciava à agressão como meio de ajuste de contas nas disputas internacionais e proibia a manutenção de quaisquer Forças Armadas. Entretanto, essa diretriz constitucional tornou-se impraticável e, em 1954, foi criada a Força de Autodefesa Japonesa, assegurando ao país o direito de defender-se contra ataques armados, de acordo com o Artigo 51 da Carta da ONU. Mesmo assim, nenhuma força poderia operar no estrangeiro: A Força Aérea não teria nenhum avião de longo alcance; e a Marinha, nenhum navio de porte maior que um destroier. A Lei proibia estritamente a compra de armas no exterior e os japoneses renunciaram ao uso de armas nucleares.

Posteriormente, em 1970, estabeleceu-se a Agência para a Defesa Nacional, para gerenciar o setor administrativo e político, subordinada diretamente ao Gabinete do Primeiro-Ministro que, pela Constituição, exerce o Comando das Forças de Autodefesa.

Todos os cargos de cúpula são exercidos por civis, normalmente políticos do Congresso (Dieta), sendo que o Diretor-Geral tem "status" de Ministro de Estado. O Diretor-Geral é auxiliado por um Vice-Ministro Parlamentar e pelo Conselho Superior no planejamento e execução da política de defesa, enquanto o Vice-Ministro Administrativo trata de assuntos administrativos da Agência.

Os "Bureaus Internos" são responsáveis pela administração das cinco áreas básicas das Forças de Autodefesa: Política, Educação e Pessoal, Saúde, Finanças e Material. O Chefe do Secretariado do Diretor-Geral é escolhido entre um dos responsáveis pelos "Bureaus" que também pertencem ao Conselho Superior.

Os Estados-Maiores são chefiados por Oficiais-Generais das Forças respectivas e o Estado-Maior Conjunto, cujo Chefe precede aos demais, embora possa ser escolhido em qualquer Força, sempre o foi no Exército.

Como Organizações Auxiliares, comuns às três Forças, existem:

- Colégio de Defesa Nacinal: semelhante à Escola Superior de Guerra do BRASIL.

- Academia de Defesa Nacional: Escola de Formação de Oficiais das três Forças. Os três primeiros anos são básicos e, no último, os Cadetes optam por uma das três Forças. Foi criada em agosto de 1952 e, até março de 1983, graduou cerca de 12.000 cadetes.

- Colégio de Medicina de Defesa Nacional: funciona nos mesmos moldes para formação de oficiais regulares. O tempo de duração do curso é de seis anos (curso regular de medicina nas universidades). No último ano, os cadetes optam por uma determinada Força Armada para serem Oficiais Médicos. Após formados, há obrigação de permanecerem, no mínimo, 9 anos na Força. Fundada em novembro de 1973, até março de 1983 formou 270 Oficiais Médicos.

- Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico: para atender a assuntos militares.

- Escritório Central de Compras de Material: responsável pela aquisição dos equipamentos e sobressalentes para as Forças de Autodefesa. No ano fiscal de 1983 foram gastos cerca de 5 milhões de dólares.

- Comitê para Emprego do Pessoal da Reserva: formado por cinco membros de reconhecida capacidade, indicados pelo Diretor-Geral da Agência de Defesa, é uma organização responsável pela colocação do pessoal da reserva na vida civil.

O efetivo da Agência de Defesa, incluindo militares e civis, é de 299.345 pessoas, o que corresponde a 25% do funcionalismo público japonês.

O orçamento para o ano fiscal de 1984 alocou para a

Agência de Defesa a quantia de 2.934.645 milhões de yens (cerca de US$ 12.759 milhões), correspondente à 0,99%, aproximadamente, do PNB do JAPÃO e superior a 6,55% do orçamento do ano anterior.

A política de defesa do JAPÃO concentra-se, principalmente, em torno dos acordos de segurança feitos com os EUA, que foram incorporados, em 1960, ao Tratado de Cooperação Mútua e Segurança. Existem cerca de 45.000 soldados norte-americanos no JAPÃO (mais da metade baseados em OKINAWA). O Governo japonês contribui com cerca de 1 bilhão de dólares por ano, para a manutenção das bases, e outras facilidades que dispensam os EUA do pagamento de impostos.

Ultimamente, os EUA e outras nações ocidentais têm feito pressão para que o JAPÃO, dispenda maiores recursos com a sua própria defesa.

A força militar do país é relativamente pequena se comparada com o tamanho da população. O Primeiro-Ministro YASUHIRO NAKASONE, tem assinalado o desejo de aumentar a Defesa, porém, tem encontrado oposição na opinião pública do país, ainda influenciada pelo sentimento antimilitarista do pós-guerra.

As Forças Armadas japonesas possuem um efetivo total de 245.000 mil homens, sendo o serviço militar voluntário. As três Forças, que compõem a Defesa do JAPÃO, possuem os seguintes efetivos e equipamentos:

- EXÉRCITO.

Efetivo : 155.000 mais 43.000 reservistas.

26 unidades :

1 Divisão blindada; 12 Divisões de Infantaria; 1 Brigada aeroterrestre;

2 Brigadas mistas, 1 Brigada de artilharia; 2 Brigadas de artilharia antiaérea; 1 Brigada de comunicações; 5 Brigadas de Engenharia; 8 Grupos de Mísseis SAM (Surface Air Missile).

Equipamentos:

550 tanques 61 e 350 tipo 74; 530 transportes blindados de pessoal, tipo SU-60 e tipo 73; 650 canhões 105mm e 203mm; 125 obuzes tipo

74, 105mm e tipo 75, 155mm; 1320 morteiros 81mm e 107mm; 30 lança-foguetes múltiplos, tipo 75, 130mm; SSM'S tipo 30; 1500 lançadores sem recuo 57mm, 75mm, 84mm e 106mm; 230 Armas antitanques tipo 64 e 15 tipo 79 e TOW; 200 canhões anti-aéreos, 35mm, duplos, 37mm, 40mm e 75mm; 54 Hawk SAM'S, aperfeiçoados.

Aviação do Exército:

Unidades:

- 24 esquadrões e 1 ala de helicópteros.

Equipamentos:

15 LR-1; 2 TL-1; 10 LR-19; 2 AH-1S; 55 KV-107; 140 UH-1; 30 TH-55; 140 OH-6J/D; 2 H-13; 8 KH-4.

- MARINHA.

Efetivo : 45.000 .

Equipamentos :

3 submarinos classe Yushio; 7 submarinos classe Usushio; 4 submarinos classe Asashio; 2 destroiers classe Akizuki; 7 destroiers classe Azanami; 1 destroier classe Amatsukaze; 2 destroiers classe Haruna; 1 destroier classe Hatsujuki; 3 destroiers classe Murasame; 2 destroiers classe Shirane; 2 destroiers classe Tachiakze; 4 destroiers classe Takatsuki; 3 destroiers classe Minegumo; 6 destroiers classe Yamagumo; 11 fragatas classe Clukugo; 4 fragatas classe Isuzu; 1 fragata classe Ishikari; 3 lanchas patrulha classe Mitzutori; 2 lanchas patrulha classe Umitaka; 5 lanchas de ataque rápido com torpedos; 10 lanchas de patrulha costeira; 6 navios mineiros classe Nanogo; 31 navios varredores de minas; 6 embarcações de desembarque de tanques; 2 embarcações de desembarque de material; 37 embarcações de desembarque de pessoal.

Bases: Yokosuka, Kure, Sasebo, Maizurur, Ominato.

Aviação Naval:

Unidades:

7 esquadrões de reconhecimento marítimo; 6 esquadrões de helicópteros anti-submarinos; 1 esquadrão de transporte; 1 esquadrão de he

licópteros contra minas; 1 esquadrão de teste; 5 esquadrões de treinamento.

Equipamento:

90P-25; 3UP-25; 28S-2F-1; 20 PS-1: 4P-3C, 10 US-11; 15B-65; 7US-1; 11TC-90; 30KM-2; 70 HHS-2; 12S-61A/-62B, 7 KV-107; 30 H-6J; 8 BEEL 47.

- FORÇA AÉREA.

Efetivo : 45.000
Unidades :

3 esquadrões de ataque; 11 esquadrões de interceptadores; 1 esquadrão de reconhecimento; 3 esquadrões de transporte; 1 ala de busca e salvamento; 1 ala de teste aéreo; 1 grupo metereológico; 5 alas de treinamento; 19 esquadrões SAM.

Equipamentos:
60 F-1; 130 F-4EJ; 100 F-103J; 10 F-15J; 15 RF-4E; 30 C-1; 10 4S-11; 20 MU-2; 30 KV-107; 7 S-62-A; 50 T-1A/B; 90 T-2/-3; 65 T-33A; Mísseis ar-ar (AAM'S) Sparrow, Falcon e Sidewinder; e mísseis superfície-ar (SAM's) Nike-J.

Bases: Chitose, Hamamatsua, Hand, Hofu, Huakuri, Iruma, Kimaki, Komatsu, Misawa, Naha, Tsuiki.

8. POLÍTICA EXTERNA.

Por questão prática, a análise da política externa japonesa comportará, apenas, o período do pós-Segunda Guerra Mundial.

Após, 1945, a política externa japonesa, orientava-se, fundamentalmente, pelas relações com os EUA. Contudo, com o passar dos anos e com o seu crescente desenvolvimento, o Governo de TÓQUIO procurou maior afirmação na região asiática, palco de acontecimentos graves, no VIETNÃ, LAOS e CAMBOJA. Visando ao fortalecimento de sua segurança, o JAPÃO procurou aliar-se economicamente com a COREIA DO SUL, a CHINA e a Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN): CINGAPURA, INDONÉSIA, FILIPINAS, MALÁSIA e TAILÂNDIA.

Porém, de um modo geral, a política externa japonesa

(Continuação da APRECIAÇÃO Nº 050/25/AC/84 .... fls. 26/29)

tem sido orientada no sentido de compatibilizar os seus interesses com WASHINGTON, PEQUIM e MOSCOU, ou seja, no quadro das relações Leste-Oeste, por um lado, e com os países do Terceiro Mundo, por outro. Devido a sua carência de petróleo, os japoneses deram igual prioridade às relações com alguns países do ORIENTE MÉDIO, sobretudo com a ARÁBIA SAUDITA, IRAQUE, COVEITE e EMIRADOS ÁRABES UNIDOS, seus principais fornecedores.

Em relação aos ESTADOS UNIDOS, apesar dos pequenos entraves no curso das longas relações de apoio mútuo, o intercâmbio tem sido crescente, notadamente no campo econômico. As relações políticas não sofreram, até o momento, nenhum estorvo maior, devido a serem tratadas no mais alto nível e num clima de confiança recíproca.

No âmbito militar, o Governo japonês situa o problema, dentro do conceito nipônico de "segurança territorial" e da ampla soberania das nações. Entretanto, tem havido um avanço na qualidade do intercâmbio militar nipo-norte-americano, exclusivamente no que diz respeito ao armamento convencioanl, pois o governo japonês não aceita nem o trânsito e nem o assentamento de armamento nuclear em seu território.

Quanto às relações com os soviéticos, TÓQUIO tem feito restrições a uma maior aproximação, justamente por julgar vantajoso, política e economicamente, colocar-se numa "eqüidistância salutar" em relação às disputas Leste-Oeste. Comercialmente, tem mantido um razoável fluxo com os soviéticos, resguardando sempre uma posição independente de respeito internacional, em busca do desenvolvimento mútuo e da paz mundial.

Por outro lado, não são previstas mudanças no comportamento soviético para o caso das Ilhas KURILAS, território ocupado pela URSS, que o JAPÃO reivindica há longo tempo. Esse problema tem entravado qualquer dinamização das relações nipo-soviéticas. A não ser as relações comerciais, as demais podem ser consideradas simplesmente protocolares.

Por seu turno, as conversações com PEQUIM não tem sofrido solução de continuidade, haja vista o crescente intercâmbio

econômico-financeiro, ora se processando. As relações políticas segue, igualmente, desenvolvendo um maior entendimento, embora não se possa dizer que exista um efetivo engajamento entre os dois governos.

Em 1982, no décimo aniversário da restauração das relações entre o JAPÃO e a CHINA, o então Primeiro-Ministro japonês ZENKO SUZUKI visitou oficialmente a CHINA. Na ocasião, o Primeiro-Ministro chinês, ZHAO ZIYANG, afirmou que os pontos de vista do seu governo coincidiam com os do Governo japonês, no que respeita à paz mundial, bem como em assuntos concernentes à URSS, EUA, ORIENTE MÉDIO, e sobre a reunificação coreana. Por seu turno, o Premier japonês externou que seu governo gostaria que PEQUIM contasse com a cooperação econômica e tecnológica do JAPÃO, como também, exortou o Governo chinês a buscar a assistência japonesa para o seu "setor privado".

Quando ao problema da reunificação CHINA-FORMOSA, o Governo japonês tem externado sua posição favorável a uma negociação pacífica que atenda as duas partes. Do mesmo modo, tem, nos foros internacionais, posicionado sempre pelas resoluções pacíficas e soberanas, no que respeita aos problemas asiáticos, como o caso do CAMBOJA/VIETNÃ, refugiados políticos e entrechoques diversos de fronteiras.

9. CONCLUSÃO.

Dentro de uma nova filosofia de vida, o Governo japonês tem sabido conciliar a boa prática do progresso com o bem-estar de seu povo, aliando, com sabedoria, o social e o econômico.

No campo interno, pode-se dizer que o Governo está fortalecido. As eleições recentes, de dezembro passado, mostraram o partido situacionista - o Partido Liberal Democrático (PLD) - forte e coeso em torno do Primeiro-Ministro NAKASONE, ainda que tenha perdido cerca de 20 cadeiras no Parlamento e sofrido o impacto do escândalo TANAKA-Lockheed. A oposição política, em busca de uma fusão, sugere mais o estado de fragmentação de suas forças que uma nova e fortalecida investida contra o PLD, ou uma união de interes

ses e coincidências de opiniões, capazes de prejudicar a estabilidade política do Governo.

O estágio atual da dinâmica da política externa japonesa é retratado, concisamente, pelo intenso intercâmbio político e econômico com inúmeros governos, mesmo com os do Leste Europeu.

Embora o momento político internacional sugira uma definição mais clara de sua posição no quadro das relações Leste-Oeste, o Governo japonês vem-se mantendo coerente na condução da linha adotada desde o pós-guerra, consciente de que sua posição de "neutralidade eqüidistante" representa benefícios políticos, sociais e econômicos para o país.

Com esse posicionamento, em relação à ÁSIA, o JAPÃO tem procurado incentivar o intercâmbio econômico, baseado em que um estreito relacionamento comercial e econômico com países como o LAOS encorajaria outros países socialistas como o VIETNÃ e o CAMBOJA a se tornarem mais receptivos ao Ocidente e às nações da ASEAN (CINGAPURA, INDONÉSIA, TAILÂNDIA, MALÁSIA e FILIPINAS).

As relações JAPÃO-URSS são conduzidas com certa morosidade e cautela, em virtude de estarem intimamente vinculadas ao contexto Leste-Oeste e no interesse da boa amizade nipo-chinesa. O futuro das relações nipo-soviéticas, entretanto, tendem a um adensamento, na medida em que a URSS passe a ficar dependente, cada vez mais, das matérias-primas da SIBÉRIA e, conseqüentemente, da tecnologia japonesa, bem como dos créditos para sua exploração.

Bem mais do que em relação a outros blocos ou países, as relações com os EUA, são o fiel da balança política japonesa. Reflexo de uma derrota militar, hoje, as relações WASHINGTON-TÓQUIO mostram os novos tempos da democracia ocidental do pós-guerra, pois, para o Governo norte-americano, a aliança entre os EUA e o JAPÃO deverá ser "como uma estrada de duas mãos, baseada na confiança mútua", enquanto que para o Governo japonês "o relacionamento entre os dois países vem-se desenvolvendo satisfatoriamente, a ponto de transformar americanos e japoneses em grandes amigos".

Postando-se politicamente numa equilibrada eqüidis

tância dos interesses Leste-Oeste, onde mescla estrategicamente o campo político com o econômico, o Governo japonês tem obtido um relativo sucesso em sua política externa, principalmente por não se envolver, profundamente, com problemas como o do desarmamento. Da mesma forma, não pretende fortalecer-se militarmente, atendendo a um anseio popular e a uma imposição constitucional. Em realidade, sua política externa, em função de seu progresso econômico, chega a ser uma filosofia de vida, em que procura conciliar, sabiamente, os interesses dos líderes dos dois grupos que dominam o poder mundial (EUA e URSS), sem nunca perder de vista seu objetivo econômico, voltado, essencialmente, para países que, sendo carentes de recursos e tecnologia para o seu desenvolvimento, possam, em troca de sua cooperação, assegurar-lhe o suprimento de matérias-primas necessárias ao seu desenvolvimento econômico e industrial.

* * *